



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei 14.133/2021 (serviços comuns de engenharia)

(Processo Administrativo nº 6331/2023)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços comuns de engenharia consultiva para elaboração dos projetos básico e executivo de instalação de novo sistema de climatização no edifício sede do Coren-SP, contemplando serviços de assessoramento ao Coren-SP quanto à licitação e fiscalização dos serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação do referido sistema, observada a legislação aplicável à prestação dos serviços.

1.2. O cronograma inicial da contratação corresponde ao seguinte:

1.2.1. **ETAPA 1:** entrega do anteprojeto e, sucessivamente, do projeto básico – até 15 (quinze) dias contados da emissão da ordem de início dos serviços pelo Coren-SP.

1.2.2. **ETAPA 2:** entrega do projeto executivo – até 15 (quinze) dias contados da aprovação final do projeto básico.

1.2.3. **ETAPA 3:** assessoramento ao Coren-SP na licitação – até 120 (cento e vinte) dias.

1.2.4. **ETAPA 4:** assessoramento na fiscalização – período remanescente de vigência contratual – dos serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação do sistema de climatização – até 120 (cento e vinte) dias.

1.3. A remuneração da contratada será variável em função da conclusão progressiva de cada uma das etapas da contratação, da seguinte forma:

1.3.1. **CONCLUSÃO DA ETAPA 1:** a contratada fará jus a remuneração de até 28,94% (vinte e oito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) do valor global proposto;

1.3.2. **CONCLUSÃO DA ETAPA 2:** a contratada fará jus a remuneração de até 22,93% (vinte e dois inteiros e noventa e três centésimos por cento) do valor global proposto;

1.3.3. **CONCLUSÃO DA ETAPA 3:** a contratada fará jus a remuneração de 2,42% (dois inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) do valor global proposto; e

1.3.4. **CONCLUSÃO DA ETAPA 4:** a contratada fará jus a remuneração de 45,71% (quarenta e cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento) do valor global proposto.

1.4. Os serviços objeto desta contratação correspondem a serviços comuns de engenharia, do tipo serviços de engenharia consultiva, conforme justificativas constantes dos subitens 6.3 e 6.4 do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 270 (duzentos e setenta) dias contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado automaticamente, a critério e no interesse do Coren-SP, quando o seu objeto não for concluído dentro do prazo de vigência inicial, na forma do art. 111 da Lei 14.133/2021, respeitados os prazos máximos de vigência previstos na referida lei e, sempre que possível, o cronograma aplicável à contratação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

1.5.1. Os serviços objeto da contratação se caracterizam como não contínuos e contratados por escopo, conforme justificativa constante do subitem 7.13 do ETP.

1.6. No caso de eventual divergência entre o conteúdo deste Termo de Referência e o do ETP, do Edital ou do Contrato, deverá prevalecer o disposto neste Termo de Referência.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos seguintes tópicos específicos do ETP: 1 (“Descrição da necessidade da contratação”); 5 (“Levantamento de mercado e justificativa do tipo de solução a contratar”); 8 (“Estimativas de quantidade”); 13 (“Demonstrativo dos resultados pretendidos”). E, especialmente quanto aos quantitativos, no Anexo I – Planilha Orçamentária deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação, embora emergencial e excepcional, está em consonância ao item de ID 47 do Plano Anual de Compras e Contratações do Coren-SP referente ao ano de 2024, conforme justificativas constantes do item 2 (“Alinhamento aos instrumentos de planejamento”) do ETP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópicos específicos do ETP, nos itens 6 (“Descrição da Solução como um Todo”), 7 (“Requisitos da contratação”) e 10 (Justificativas para parcelamento ou não da solução”).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Devem ser atendidos os seguintes requisitos de sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, quando da prestação dos serviços de engenharia consultiva objeto da contratação:

4.1.1. Adequação ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º da Lei 14.133/2021), priorizando-se, na modelagem dos projetos básico e executivo e na prestação dos serviços de assessoramento, a utilização de serviços de nacionais e de produtos manufaturados nacionais.

4.1.2. Adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), inclusive quando for o caso de aplicação de logística reversa, em especial:

a) os projetos básico e executivo devem contemplar, após a entrada em funcionamento do novo sistema de climatização, a retirada de maquinários, equipamentos e demais componentes do atual sistema de climatização, os quais, caso não possam ser reutilizados, deverão ser retirados com segurança e de forma ambientalmente adequada do edifício, sob responsabilidade contratual da empresa a ser contratada para execução dessas atividades;

b) durante as visitas técnicas previstas na contratação, obrigatórias ou facultativas, quaisquer materiais ou insumos utilizados pela contratada na realização de medições,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

avaliações, testes ou procedimentos similares deverão ser devidamente separados e retirados do edifício, sob responsabilidade da contratada, para posterior reutilização, reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada, observando-se, no que couber, a Resolução CONAMA 307/2002, à NBR ABNT 15112 e demais atos normativos aplicáveis à matéria.

- 4.1.3. Adequação ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, conforme Decreto 9.863/2019, e, em especial, com as diretrizes para elaboração de projetos de engenharia referentes a sistemas de climatização, previstas no Guia para Eficiência Energética nas Edificações Públicas, editado pelo Ministério das Minas e Energia.
- 4.1.4. Adequação ao Decreto Federal 2.783/1998, que veda a aquisição, pela Administração Pública federal autárquica, de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso de produtos que destroem a camada de ozônio.
- 4.1.5. Contemplar medidas para evitar o desperdício de água, em conformidade ao Decreto Estadual 48.138/2003.

Legislação aplicável

4.2. Os serviços de engenharia consultiva que compõem o objeto da contratação deverão ser prestados pela contratada com observância, sob sua integral responsabilidade, da legislação aplicável, que compreende atos normativos federais, estaduais e municipais referentes à prestação de atividades de engenharia consultiva; à montagem, teste, pré-operação e instalação de sistemas de climatização; e aos padrões de funcionamento adequado de sistemas de climatização, inclusive com observância do rol exemplificativo de atos normativos elencado no subitem 4.2 do ETP e no subitem 4.2.1. a seguir.

- 4.2.1. De forma específica, deverão ser observadas as seguintes normas:
 - Lei Federal 3.589/2018;
 - Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo (Lei 16.642/2017 e Decreto Municipal 57.776/2017);
 - Resolução ANVISA 09/2003;
 - Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho e Emprego;
 - NBR ABNT 16401-1 – Sistemas centrais e unitários – Parte 1: Projetos das instalações;
 - NBR ABNT 16401-1 – Sistemas centrais e unitários – Parte 2: Parâmetro de conforto térmico;
 - NBR ABNT 16401-1 – Sistemas centrais e unitários – Parte 3: Qualidade do ar interior;
 - NBR ABNT 13971 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento.
 - NBR ABNT 10152 – Níveis de ruído para conforto acústico.
 - NBR ABNT 13531 – Elaboração de projetos e edificações – Atividades Técnicas.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

- Resolução CONAMA 491/2018 – Padrões de qualidade do ar.
- Quanto às planilhas orçamentárias: Decreto 7.983/2013, Instrução Normativa SEGES/ME 91/2022, Acórdãos 1977/13 e 2622/13 do Tribunal de Contas da União – TCU e Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas, editadas pelo TCU.

4.2.2. Supletivamente, nos casos em que porventura se verificar eventual omissão na legislação aplicável, deverão ser consideradas, se o for caso, as normas editadas por entidades internacionais reconhecidas como referências técnicas para os serviços, ou as recomendações de fabricantes dos equipamentos e materiais que integrarão o novo sistema de ar condicionado.

Escopo dos serviços

4.3. A contratada será exclusiva e integralmente responsável por quaisquer erros, falhas ou defeitos dos serviços, bem como por quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas ou bens durante a execução dos serviços.

4.4. Na execução dos serviços, a contratada deverá comprovar a alocação de profissionais de engenharia e de nível técnico ou superior devidamente habilitados, capacitados, atualizados e com experiência na execução dos serviços, observada a legislação aplicável.

4.5. A contratada deverá manter meios para contato, em dias úteis, por telefone, e-mail ou outro meio idôneo de comunicação, durante o horário comercial.

4.6. Os itens, quantitativos e custos aplicáveis à contratação encontram-se previstos no Anexo I – Planilha Orçamentária deste Termo de Referência.

4.7. Quanto à parcela dos serviços a ser executada no edifício, para vistoria, inspeção, testes, avaliação ou certificação de projetos, áreas, instalações, estruturas, maquinários, equipamentos e infraestruturas, a contratada será exclusiva e integralmente responsável pelo fornecimento de equipamentos de proteção individual aos seus agentes, pela promoção e proteção de sua saúde e segurança no desempenho de suas funções profissionais, pelas respectivas despesas com locomoção e transporte, bem como por quaisquer danos causados a pessoas ou ao patrimônio do Coren-SP.

4.8. Antes da entrega do anteprojeto e do projeto básico para aprovação do Coren-SP, a contratada deverá realizar vistoria do edifício, na forma do subitem 2.11 do Anexo II – Memorial Descritivo deste Termo de Referência, elaborando e entregando ao Coren-SP o respectivo Relatório de Vistoria.

4.9. Antes da elaboração do projeto básico, a contratada deverá encaminhar ao Coren-SP o anteprojeto referente à implantação do novo sistema de ar condicionado do edifício sede, observado, no que for cabível, o disposto no art. 6º, XXIV, da Lei 14.133/2021.

4.9.1. No anteprojeto, serão apresentadas possíveis soluções (no mínimo, duas) para a implantação do novo sistema, com respectivas estimativas de custos de instalação e de operação, proteção acústica contra ruídos, estimativa de carga térmica por pavimento (considerando as seguintes variáveis: insolação; infiltração e renovação do ar; ocupação; equipamentos; e iluminação); e lista de equipamentos a serem utilizados (com descrição de suas principais especificações).

4.9.2. Em linha com o subitem precedente, o anteprojeto deverá conter a concepção das soluções de sistema de ar condicionado, a partir das características arquitetônicas e de uso adequado do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

edifício, consolidando definições preliminares quanto à localização e características técnicas dos principais equipamentos, pontos de consumo de utilidades e pré-dimensionamento das redes de dutos.

- 4.9.3. No anteprojeto, será indicada a solução técnica viável e mais vantajosa para implantação do novo sistema de climatização no edifício sede (considerando aspectos como: desempenho, custos de instalação e operação, impactos/externalidades e logística na etapa de montagem e instalação), a qual, após aprovação pelo Coren-SP, deverá ser desenvolvida e pormenorizada no projeto básico.
- 4.9.4. Para fins de verificação da viabilidade e vantajosidade das soluções indicadas no anteprojeto, quando houver a necessidade de elaboração de laudos técnicos, inclusive estruturais, deverão ser fornecidos pela contratada e estar inclusos na sua proposta, quanto à execução da ETAPA 1.
- 4.9.5. As soluções apresentadas no anteprojeto deverão ser compostas de subsistemas por andar/pavimento a ser climatizado artificialmente no edifício sede, de modo que todos os andares/pavimentos com ar condicionado no edifício (térreo, 1º ao 8º andar e área de convivência no 9º andar) deverão ter seus subsistemas totalmente individualizados dos demais subsistemas de outros andares/pavimentos, com a finalidade de se otimizar o respectivo funcionamento e os serviços de manutenção preventiva e corretiva de cada subsistema.
- 4.9.6. Preferencialmente, deverá ser analisada a viabilidade/vantajosidade de implantação de sistema de climatização composto por subsistemas por andar/pavimento por Fluxo Variável de Refrigerantes – VRF, na forma dos subitens 5.5 a 5.7 do ETP e do Anexo II – Memorial Descritivo.
- 4.9.7. Caso inviável ou não vantajosa a implementação de sistema composto por subsistemas VRF por andar/pavimento, o anteprojeto deverá necessariamente contemplar a indicação de outro tipo de sistema (outra solução técnica) cuja implementação no edifício seja compreendida como viável e vantajosa para o Coren-SP, observado o disposto no subitem 4.9.5.
- 4.9.8. A eleição da solução a ser aplicada deverá resultar da comparação entre as soluções disponíveis para implantação de novo sistema de ar condicionado no edifício, indicadas no anteprojeto, selecionando-se a mais adequada, considerando-se sua viabilidade e vantajosidades (técnica, econômica e ambiental, considerando parâmetros técnicos de economia e conservação de energia), devendo a solução indicada pela contratada e aprovada pelo Coren-SP estar em consonância com os projetos de engenharia e arquitetura, estrutura, de instalações elétricas e demais instalações do edifício, observando a não interferência, sempre que possível, entre os diversos sistemas da edificação.
- 4.9.9. Com a aprovação do anteprojeto pelo Coren-SP e formalização da solução escolhida para implantação do novo sistema de climatização, tal solução deverá ser adequada e suficientemente desenvolvida pela contratada nos projetos básico e executivo.
- 4.10. Os projetos básico e executivo deverão conter todos os elementos necessários para a precificação e a execução dos serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação de novo sistema de climatização no edifício sede do Coren-SP.
- 4.10.1. Os projetos básico e executivo deverão ser elaborados a fim de viabilizar a posterior licitação e contratação, pelo Coren-SP, dos serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

novo sistema de climatização do edifício sede, de modo que seu conteúdo deve ser norteado pela consecução de tal finalidade, considerando sua máxima prioridade e urgência, de modo que soluções e metodologias não compatíveis com o atingimento de tal objetivo não se considerarão incluídas no objeto da contratação.

- 4.10.2. Também integra o objeto da contratação o correto dimensionamento do novo sistema de climatização e de todos os seus componentes, a elaboração de memorial descritivo com todas as especificações técnicas e variações, e de planilhas de estimativas de quantitativos e custos de implantação (orçamento de referência), em conformidade com o Decreto 7.983/2013, na forma do subitem 4.2.1.
- 4.10.3. Os projetos básico e executivo deverão contemplar a retirada, após a entrada em operação do novo sistema, de maquinários, equipamentos e demais componentes do atual sistema de climatização instalado no edifício, de forma segura e sustentável, com menor impacto possível sobre o funcionamento da sede, e com reutilização, reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada dos respectivos materiais, observada a legislação aplicável.
- 4.10.4. Os referidos projetos deverão ser elaborados e entregues de acordo com as normas técnicas aplicáveis editadas pelo sistema CONFEA/CREA e pela ABNT, devendo seu conteúdo consubstanciar conjunto expresso de informações técnicas necessárias e suficientes para posterior precificação, licitação, contratação, execução, gestão e fiscalização das atividades de montagem, teste, pré-operação e instalação do novo sistema de ar condicionado, contendo, de forma clara, precisa e completa, todas as especificações técnicas e quantitativos/preços de materiais, serviços, mão de obra, encargos, entre outros, para a adequada execução dos projetos.
- 4.10.5. A contratada deverá considerar, nos projetos básico e executivo, que os ambientes do edifício sede do Coren-SP estão ocupados durante todo o ano; que a execução dos serviços de montagem e instalação do novo sistema de ar condicionado deverá, sempre que possível, evitar ou, ao menos, mitigar impactos ou externalidades negativas, principalmente interferências nos ambientes (de atendimento aos profissionais de enfermagem e de trabalho pelos agentes públicos e políticos deste Conselho), de modo que sua execução afete o mínimo possível o desempenho de atividades institucionais no edifício.
- 4.10.6. Os projetos básico e executivo deverão contemplar as adequações necessárias nas instalações elétricas e demais instalações do edifício (hidráulicas, estruturais, entre outras), limitadas ao que se relaciona à implantação do novo sistema de climatização.
- 4.10.7. A contratada deverá obter as aprovações dos projetos básico e executivo perante o CREA-SP e demais órgãos ou entidades do Poder Público federal, estadual ou municipal, inclusive, se for o caso, perante a Prefeitura de São Paulo, o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e a concessionária distribuidora de energia elétrica. Os respectivos custos para aprovação dos projetos nos órgãos e entidades competentes deverão estar previstos no valor da proposta e constar na planilha de formação de preços.
- 4.10.8. As revisões no projeto básico formalmente solicitadas por escrito pelo Coren-SP deverão ser concluídas pela contratada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação, admitindo-se sua prorrogação a critério do Coren-SP mediante pedido da contratada, devidamente formalizado, justificado e instruído.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

- 4.10.8.1. Considera-se incluída no valor da proposta a quantidade de até 3 (três) revisões por projeto (básico ou executivo), solicitadas pelo Coren-SP.
- 4.10.8.2. Eventuais solicitações de revisão de projeto excedentes à quantidade prevista no subitem anterior deverão ser precificadas na proposta, não podendo ultrapassar 2,5% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por revisão.
- 4.10.8.3. Após a aprovação, eventuais revisões ou ajustes no conteúdo dos projetos básico ou executivo poderão ser solicitadas a qualquer tempo pelo Coren-SP durante a vigência da contratação, desde que sejam devidamente justificadas e comprovadas falhas ou erros nos projetos. As revisões solicitadas por falhas ou erros nos projetos não serão computadas nos quantitativos previstos nos subitens 4.10.8.1. e 4.10.8.2.
- 4.11. O projeto básico deverá atender às alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f” do inciso XXV do art. 6º da Lei 14.133/2021 e conter os produtos previstos neste Termo de Referência, respeitadas as exigências previstas no Anexo II – Memorial Descritivo.
- 4.11.1. O projeto básico será desenvolvido a partir da aprovação do anteprojeto, com a seleção da solução a ser utilizada, a qual deverá ser adequada e suficientemente desenvolvida no projeto básico, com o maior nível de detalhamento possível quanto às informações necessárias ao levantamento de materiais, serviços, mão de obra e respectivas quantidades, com a finalidade de maximizar a sua perfeita execução quando da elaboração do projeto executivo e da instalação e montagem do novo sistema de climatização e minimizar a necessidade de reformulação ou de revisões durante a elaboração do projeto executivo ou quando da licitação ou execução dos serviços de montagem e instalação do novo sistema.
- 4.11.2. O projeto básico deverá conter a definição, dimensionamento e representação de todos os seus componentes.
- 4.11.3. Deverá conter também quantitativos de serviços e fornecimentos de materiais e as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.
- 4.11.4. Deverá estar harmonizado com os projetos de arquitetura, estrutura e demais instalações da edificação, observando a não interferência entre elementos dos diversos projetos e a necessidade de acesso para manutenção preventiva e corretiva das instalações de ar condicionado.
- 4.11.5. Deverá conter composição dos custos unitários de todos os serviços em nível de projeto básico.
- 4.11.6. Deverá contemplar fornecimento do orçamento detalhado da execução das instalações, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, bem como as indicações necessárias à fixação dos prazos de execução.
- 4.11.7. A especificação de cada item do projeto básico e de seus quantitativos deverá ser consignada, de forma suficientemente detalhada para compreensão de cada item/quantitativo, em planilha orçamentária que posteriormente integrará o orçamento de referência necessário para licitação dos serviços de montagem e instalação do novo sistema.
- 4.11.8. O conteúdo do projeto básico deverá contemplar, no mínimo, os itens listados abaixo:
- a) Especificações técnicas do sistema de climatização;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

- b) Cálculo da carga térmica;
- c) Descrição geral do sistema;
- d) Bases de cálculo;
- e) Tabelas de resumo de cálculo;
- f) Especificações dos equipamentos do sistema;
- g) Folhas de detalhes dos equipamentos do sistema;
- h) Desenhos contendo a rede hidráulica e de dutos, com plantas e cortes, incluindo todo o detalhamento necessário, principalmente salas de máquinas por andares/pavimentos, bem como pontos de consumo de água e de energia elétrica;
- i) Esquemas quanto à rede elétrica;
- j) Detalhes típicos de montagem e instalação;
- k) Seleção e dimensionamento da capacidade dos condicionadores e evaporadores; dimensionamento da rede de dutos e posicionamento de bocas de ar do novo sistema.

4.11.9. O projeto básico será composto pelos seguintes produtos, os quais, após aprovação pelo Coren-SP, deverão ser adequados e suficientemente desenvolvidos no projeto executivo:

- a) Memorial descritivo do projeto, com justificativas da solução, especificações técnicas dos materiais a serem utilizados (contemplando equipamentos e modelos de referência) e metodologia para execução da montagem e instalação do novo sistema;
- b) Memória de cálculo do projeto;
- c) Caderno de Encargos contendo as especificações técnicas de materiais, serviços, mão de obra e os critérios para medição de cada item;
- d) Planilha de quantitativos/preços e suas memórias de cálculo, utilizando-se, preferencialmente, a tabela referencial do SINAPI (conforme art. 23, § 2º, da Lei 14.133/2021, Decreto 7.983/2013 e IN SEGES/ME 91/2022), sem prejuízo do desenvolvimento e aprimoramento dessa planilha quando da elaboração do projeto executivo;
- e) Pranchas de desenhos do projeto do novo sistema de climatização, em escala 1:75, e detalhes em escalas adequadas e compatíveis com o conteúdo das pranchas, contendo: indicações dos dutos de insuflamento e retorno de ar, canalizações e condensação, quanto a materiais, comprimentos e dimensões, com elevações; bocas de insuflamento e retorno; localização precisa dos equipamentos, aberturas para tomadas e saídas de ar, e pontos de consumo; interligações elétricas, comando e sinalização e outros elementos; desenhos do sistema em representação isométrica, com indicação de dimensões, diâmetros e comprimentos dos dutos e canalizações, vazões, pressões nos pontos principais ou críticos, cotas, conexões, registros, válvulas e outros elementos; detalhes das salas para condicionares e outros elementos; detalhes de todos os furos necessários nos elementos de estrutura, para passagem e suporte da instalação; relatório técnico, conforme prática geral de projeto.
- f) Anotação de Responsabilidade Técnica do projeto, emitida perante o CREA-SP



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

4.12. O projeto executivo será desenvolvido a partir da aprovação do Projeto Básico e deverá atender aos requisitos previstos no inciso XXVI do art. 6º da Lei 14.133/2021, contemplando todos os elementos necessários à precificação e execução dos serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação do novo sistema de climatização no edifício, com detalhamento adequado e suficiente de todas as interfaces do sistema, de seus subsistemas e respectivos componentes, com a finalidade de maximizar a sua perfeita execução da instalação e montagem do novo sistema e minimizar a necessidade de reformulação ou de revisões durante a licitação ou execução dos serviços de montagem e instalação do novo sistema.

4.12.1. O projeto executivo deverá contemplar a apresentação de todos os detalhes de execução, montagem e instalação dos componentes do sistema, inclusive elementos de suporte, fixação, apoio de dutos e tubulações, isolamento e outros.

4.12.2. Deverá apresentar também todos os subsídios necessários para modelagem da licitação e execução dos serviços de montagem e instalação do novo sistema, compreendendo sua programação, estratégia de suprimentos, testes, certificações, normas de fiscalização e requisitos para funcionamento adequado em conformidade à legislação aplicável.

4.12.3. A especificação de cada item do projeto executivo e de seus quantitativos deverá ser consignada, de forma suficientemente detalhada para compreensão de cada item/quantitativo, em planilha orçamentária que posteriormente integrará o orçamento de referência necessário para licitação dos serviços de montagem e instalação do novo sistema.

4.12.4. Os detalhamentos do projeto executivo que interfiram em outros sistemas da edificação deverão ser previstos, para que o sistema de climatização e os referidos sistemas fiquem perfeitamente harmonizados entre si.

4.12.5. O conteúdo do projeto executivo deverá contemplar, no mínimo, os seguintes itens: a) desenhos, plantas e detalhamentos; b) quadro de composição do BDI; c) detalhamento dos encargos fiscais, sociais, trabalhistas e previdenciários sobre mão de obra, inclusive se será o caso ou não de desoneração da folha fiscal de pagamento quando da execução dos serviços de instalação e montagem do novo sistema de ar condicionado; d) planilha orçamentária; e) cronograma físico-financeiro; f) composições analíticas auxiliares; g) insumos; h) tabela ABC e curva ABC.

4.12.6. O projeto executivo será composto pelos seguintes produtos:

- a) Memorial descritivo do projeto, com as justificativas da solução, especificações técnicas materiais a serem utilizados (contemplando equipamentos e modelos de referência) e metodologia para montagem, instalação, teste e instalação do novo sistema;
- b) Memória de cálculo do projeto;
- c) Caderno de Encargos, contendo as especificações técnicas de materiais, serviços, mão de obra e o critério de medição de cada item;
- d) Pranchas de desenhos do projeto do novo sistema, na escala 1:75, e detalhes em escalas adequadas e compatíveis com o conteúdo das pranchas, contendo: plantas de cada nível da edificação, conforme o projeto básico, com ampliações (quando necessárias), cortes e detalhes, indicação de tipos, modelos e fabricantes de todos os dispositivos, suportes e



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

acessórios; detalhes da instalação de todos os equipamentos, com indicação dos modelos, capacidades e fabricantes; relatório técnico, conforme prática geral de projeto.

- e) Planilhas de quantitativos e suas memórias de cálculo;
- f) Cronograma físico-financeiro para licitação, contratação e execução dos serviços de montagem, instalação, teste e instalação do novo sistema, atrelado aos valores indicados na planilha de composição de custos e às respectivas fases/etapas de execução dos serviços;
- g) Planilha de composição de custos, na qual devem constar todos os custos unitários, com indicação do item de referência utilizado para cada material, serviço ou mão de obra, devendo os respectivos preços serem obtidos em conformidade ao disposto no § 2º do art. 23 da Lei 14.133/2021 (observando-se também as normas do Decreto 7.983/2013 e da IN SEGES/ME 91/2022), utilizando-se, preferencialmente, a tabela referencial do SINAPI;
- h) Composição dos custos de mão de obra de profissionais horistas e mensalistas, observado o disposto na alínea precedente; e,
- i) Anotação de Responsabilidade Técnica do projeto, emitida perante o CREA-SP.

4.13. No projeto executivo, a contratada também deverá indicar e justificar:

- 4.13.1. Se a contratação dos serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação do novo sistema de climatização poderá contemplar, em seu objeto, garantia ou serviços de manutenção preventiva e corretiva, por período determinado.
- 4.13.2. Se a empresa a ser contratada para prestação dos serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação do novo sistema de climatização deverá atender a requisitos específicos de qualificação técnica previstos em lei.
- 4.13.3. As autorizações, licenças e outorgas do Poder Público (federal, estadual ou municipal), inclusive construtivas e/ou ambientais, necessárias para a instalação e operação do novo sistema de climatização.

4.14. As planilhas orçamentárias que instruirão os projetos básico e executivo deverão conter as seguintes informações: a) descrição do item unitário com indicação do código SINAPI ou outra fonte de preço (observado o disposto no § 2º do art. 23 da Lei 14.133/2021); b) definição de unidade do item, sem fazer o uso de unidades vagas como, por exemplo, verba, pontos, conjunto, entre outras; c) quantidade de unidades do item; d) custo unitário do item; e, e) custo total do item.

- 4.14.1. Cada planilha orçamentária deverá conter a composição dos custos unitários de cada um de seus itens e serviços, além da composição do BDI e da composição dos Encargos Sociais aplicados à mão de obra.
- 4.14.2. Os custos unitários de materiais e serviços deverão ser iguais ou menores que a mediana do item correspondente do SINAPI, conforme inciso I do § 2º do art. 23 da Lei 14.133/2021. Para itens não existentes no SINAPI, adotar preços de referência observando a ordem de prioridade estabelecida no § 2º do art. 23 da Lei 14.133/2021. Quanto à utilização de fontes privadas, priorizar plataformas de dados TCPO Web, CUB/m²/CBIC, AETESP, ABEMI, Catho Online, entre outras.
- 4.14.3. Os encargos sociais indicados na tabela SINAPI para horistas e mensalistas deverão corresponder aos mensurados no Estado de São Paulo.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

- 4.14.4. As planilhas orçamentárias deverão apresentar o preço global de referência, o qual será resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI.
- 4.14.5. A definição da composição do BDI, específica para cada uma das parcelas autônomas da execução, deverá observar o entendimento consolidado pelo TCU sobre o tema no Acórdão 2.622/13.
- 4.15. Quanto aos cronogramas físico-financeiros previstos nos projetos básico e executivo, deverão ser estruturados de acordo com as etapas de execução, com prazos de execução física compatíveis com a atividade prevista.
- 4.15.1. As etapas do cronograma físico-financeiro deverão ser definidas por períodos mensais.
- 4.15.2. As etapas do cronograma físico-financeiro deverão definir os conjuntos de serviços que, uma vez executados, serão mensurados pela fiscalização ao final do mês, observando-se que, em princípio, os serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação do sistema serão contratados sob o regime de empreitada por preço global.
- 4.15.3. As etapas deverão estar claramente definidas em blocos de atividades físicas, no cronograma físico-financeiro, de modo que não restem dúvidas durante as medições mensais e evidenciem, para a futura contratada para execução dos serviços de montagem/instalação, quais serão os serviços a serem considerados nas medições mensais, já que as etapas somente serão consideradas para fins de pagamento, em princípio, quando executadas em sua totalidade.
- 4.16. Após a entrega do projeto executivo e sua aprovação pelo Coren-SP, a contratação compreenderá atividades de assessoramento ao Coren-SP, a serem prestadas pela contratada (ETAPAS 3 E 4):
- 4.16.1. Durante a licitação dos serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação do novo sistema de climatização.
- 4.16.2. Durante a execução dos serviços discriminados na alínea anterior.
- 4.17. Na Etapa 3 prevista no subitem 4.16.1, haverá exigência de serviços consultivos por até 120 (cento e vinte) dias, que deverão ser prestados por responsável técnico da contratada (engenheiro mecânico), em quantitativo mínimo de 10 (dez) horas e máximo de 16 (dezesesseis) horas.
- 4.18. Na Etapa 4 prevista no subitem 4.16.2, haverá exigência de serviços consultivos desde o início da vigência da contratação dos serviços de montagem e instalação do novo sistema de climatização até a sua efetiva entrada em operação (prazo inicial estimado em mais 120 dias além do período de licitação). Tais serviços deverão ser prestados pelo responsável técnico (engenheiro mecânico) e por preposto (mecânico em refrigeração) da contratada, incluindo a certificação da instalação do sistema e respectivos testes de pré-operação e operação.
- 4.18.1. O assessoramento de que trata subitem 4.16.2 deverá ser coordenado pelo responsável técnico da contratada (engenheiro mecânico), mediante avaliação, até a sua conclusão, dos serviços de montagem e instalação do novo sistema e de sua adequação aos projetos básico e executivo.
- 4.18.2. Na forma do subitem precedente, a contratada deverá realizar inspeção dos serviços de montagem/instalação no local de sua execução (edifício sede do Coren-SP), por meio de seu responsável técnico (engenheiro mecânico), com frequência mínima de 1 (uma) visita técnica



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

por semana, acompanhado do preposto da contratada (mecânico em refrigeração) e do fiscal do contrato, pertencente ao Coren-SP. A contratada será responsável por elaborar relatório técnico referente à inspeção e entregá-lo à fiscalização do Coren-SP no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua realização.

- 4.18.3. Para inspeção na forma do subitem precedente, a quantidade mínima de horas técnicas do responsável técnico da contratada será de 48 (quarenta e oito) e a máxima de 68 (sessenta e oito).
- 4.18.4. Para o assessoramento de que trata o subitem 4.16.2., a contratada também deverá realizar a supervisão em tempo integral da execução dos serviços de montagem e instalação do novo sistema de climatização, por meio de preposto (mecânico em refrigeração), que deverá monitorar o andamento da obra, reportando sua evolução ao responsável técnico da contratada e à fiscalização do Coren-SP.
- 4.18.5. O monitoramento a ser realizado pelo preposto da contratada (mecânico em refrigeração) na forma do subitem precedente não poderá ser inferior a 440 (quatrocentos e quarenta) horas e exceder a quantidade de 704 (setecentos e quatro) horas.
- 4.19. Atividades consultivas formalmente solicitadas pelo Coren-SP nas etapas de assessoramento (previstas nos subitens 4.16.1. e 4.16.2.) deverão ser concluídas, quando não necessário comparecimento ao edifício, nos seguintes prazos, admitindo-se sua prorrogação a critério do Coren-SP mediante solicitação e justificativa fundamentada da contratada: a) 1 (um) dia útil – no caso de alta urgência (evento que cause interrupção dos serviços de montagem e instalação do novo sistema e prejuízos ao Coren-SP); b) 2 (dois) dias úteis – no caso de média urgência (evento que enseje risco de interrupção dos serviços de montagem e instalação); e, c) até 5 (cinco) dias úteis – no caso de baixa urgência (demais eventos).
- 4.20. Havendo necessidade de assessoramento mediante atendimento presencial no edifício, o comparecimento de agente da contratada deverá ocorrer nos seguintes prazos: a) 2 (duas) horas – alta urgência (evento que cause interrupção dos serviços de montagem e instalação do novo sistema ou risco à saúde ou segurança de pessoas); b) 24 (vinte e quatro) horas – média urgência (evento que cause risco de interrupção dos serviços de montagem e instalação); e, c) até 5 (cinco) dias úteis – baixa urgência (demais eventos).
- 4.21. Durante as etapas de assessoramento, caberá à contratada:
- 4.21.1. Proceder ao acompanhamento da licitação e da fiscalização, pelo Coren-SP, dos serviços de montagem e instalação do novo sistema de climatização, verificando se estão sendo cumpridas todas as disposições e especificações constantes dos projetos básico e executivo, bem como deste Termo de Referência e demais documentos de regência da contratação (Edital, Contrato, e ETP), fornecendo toda a assessoria técnica necessária.
- 4.21.2. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações, quantitativos e demais elementos dos projetos básico e executivo, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento da licitação e da execução dos serviços de montagem e instalação do novo sistema.
- 4.21.3. Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à viabilidade, prioridade, sequência, riscos ou impactos dos serviços a serem executados.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

- 4.21.4. Avaliar a qualidade dos serviços de montagem e instalação do novo sistema e se estão sendo executados em conformidade com os projetos básico e executivo, com as técnicas adequadas e/ou de acordo com as normas técnicas aplicáveis.
- 4.21.5. Avaliar se os materiais e equipamentos a serem utilizados são adequados e aplicáveis aos serviços e se possuem as características, quantidades e especificações técnicas discriminadas nos projetos básico e executivo.
- 4.22. Os quantitativos previstos nas ETAPAS 3 e 4 não se aplicam às eventuais revisões do projeto básico ou do projeto executivo solicitadas pelo Coren-SP, serviços que estão atrelados às ETAPAS 1 e 2, na forma do subitem 4.10.8 deste Termo de Referência.
- 4.23. Consideram-se incluídas nos quantitativos previstos para as ETAPAS 3 e 4 as horas técnicas relacionadas às atividades de emissão de relatórios e realização de medições pela contratada, conforme exigidas neste Termo de Referência.

Subcontratação

- 4.24. É admitida a subcontratação do objeto.
- 4.24.1. A subcontratação fica limitada à parcela dos serviços, inferior a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos da contratação, a serem desempenhados por engenheiro eletricista e por engenheiro civil, conforme Anexo I – Planilha Orçamentária, observado o disposto no art. 122 da Lei 14.133/2021.
- 4.24.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, correspondente aos serviços técnicos ou de engenharia consultiva a serem prestados pelos demais profissionais previstos no Anexo I – Planilha Orçamentária.
- 4.24.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

Garantia da contratação

- 4.25. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, no percentual de 5% do valor inicial da contratação, conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.26. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.27. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.28. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.29. A avaliação prévia do edifício sede do Coren-SP (situado na Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, CEP 01.331-000, em São Paulo – SP) é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

vistoria prévia, acompanhado por empregado do Coren-SP designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7h horas às 17h horas, no edifício sede, devendo ser previamente agendado pelo e-mail manutencao.predial@coren-sp.gov.br.

4.30. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.31. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.32. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.33. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto, respeitado o cronograma da contratação previsto no subitem 1.2., seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Previamente à emissão da ordem de início dos serviços, deverá ser realizada Reunião Técnica Inaugural – RTI entre a contratada e a fiscalização do Coren-SP, em até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura do contrato, para definição das principais ações de cada parte para o início da execução contratual. O referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez pelo Coren-SP.

5.1.2. Previamente à emissão da ordem de início dos serviços, em até 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato, a contratada deverá comprovar:

- a) se for o caso, visto ao registro de pessoa jurídica perante o CREA-SP, específico para execução de serviços de engenharia, no caso de possuir domicílio fora do Estado de São Paulo, na forma do inciso I do art. 1º da Resolução CONFEA 413/1997;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo CREA-SP, específica para o objeto da contratação;
- c) a regular constituição e apresentação da garantia da contratação, na forma do contrato.

5.1.3. Cumpridos os requisitos previstos nos subitens 5.1.1. e 5.1.2., o Coren-SP emitirá a ordem de início dos serviços, a qual dará início à contagem dos prazos previstos no cronograma da contratação.

5.1.4. Cada etapa da contratação somente será considerada concluída quando da entrega, pela contratada, e do recebimento e aprovação, pelo Coren-SP, dos respectivos produtos: a) projeto básico (ETAPA 1); b) projeto executivo (ETAPA 2); c) conclusão da licitação para contratação da empresa executora da obra (ETAPA 3); d) entrada em operação do novo sistema de ar



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

condicionado e execução das atividades e quantitativos mínimos de assessoramento (ETAPA 4).

- 5.1.5. As revisões nos projetos básico e executivo formalmente solicitadas pelo Coren-SP deverão ser concluídas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação, admitindo-se sua prorrogação a critério do Coren-SP mediante pedido da contratada, devidamente formalizado, justificado e instruído, observado o disposto no subitem 4.10.8.
- 5.1.6. Durante a execução contratual, a contratada deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive responsável técnico pelos serviços (engenheiro mecânico), devidamente habilitado.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços se referem à implantação de novo sistema de ar condicionado no edifício sede do Coren-SP, situado na Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, CEP 01.331-000, em São Paulo – SP.

5.2.1. O novo sistema de climatização do edifício atenderá às áreas e instalações descritas nos subitens 1.2 a 1.5. do Anexo II – Memorial Descritivo e no Anexo III – Planta de andar/pavimento.

5.2.1.1. Ressalta-se que o Anexo III – Planta de andar/pavimento é divulgada apenas como modelo dos pavimentos para conhecimento das licitantes, sendo necessária a vistoria de todas as instalações e de todos os andares para que a proposta seja dimensionada de forma correta, conforme capítulo VISTORIA do item 4 deste Termo de Referência.

5.3. Quando os serviços forem prestados por agentes da contratada no edifício sede do Coren-SP, deverão ser prestados, não sendo o caso de aplicação do subitem 5.3.1., no horário das 07h às 17h, mediante prévio agendamento com a fiscalização do contrato, exceto quando necessários em situações de urgência, devendo-se, em tal caso, observar os prazos específicos previstos a respeito neste Termo de Referência (nos subitens 4.19 e 4.20).

5.3.1. Eventuais serviços que exijam interferências relevantes na rotina das atividades desempenhadas no edifício sede deverão ser realizados fora do horário de expediente na sede do Coren-SP, conforme demandados pelo Coren-SP.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do Coren-SP tem como base as seguintes características:

5.4.1. Há necessidade excepcional, prioritária e urgente de implantação de novo sistema de climatização no edifício sede, pois o atual sistema encontra-se obsoleto e com funcionamento precário.

5.4.2. A implantação do novo sistema de ar condicionado deverá ocorrer com o menor impacto possível sobre as atividades institucionais continuamente desempenhadas no edifício, referentes ao atendimento a profissionais de enfermagem e à execução de funções públicas pelos agentes públicos e políticos do Coren-SP.

5.4.3. A vistoria do edifício sede será imprescindível para o conhecimento do objeto, podendo ser substituída por declaração da licitante, na forma deste Termo de Referência.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

- 5.4.4. Após a aprovação dos projetos básico e executivo, o Coren-SP promoverá licitação para contratação dos serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação do novo sistema de climatização, devendo a contratada, nessa fase, executar os serviços previstos para a ETAPA 3 – ASSESSORAMENTO DA LICITAÇÃO e ETAPA 4 – FISCALIZAÇÃO DA OBRA, incluindo a certificação da instalação do novo sistema.
- 5.4.5. O projeto executivo deverá indicar e justificar: a) a precificação, cronograma físico-financeiro e metodologia de execução dos serviços de montagem, teste, pré-operação e instalação do novo sistema; b) se os referidos serviços de montagem e instalação poderão contemplar garantia ou manutenção (preventiva e corretiva) do novo sistema, por prazo determinado; c) as licenças, outorgas e autorizações necessárias perante o Poder Público para instalação e operação do novo sistema.
- 5.4.6. Os projetos básico e executivo deverão contemplar a retirada do edifício, segura e ambientalmente adequada, dos principais componentes do atual de sistema, após a entrada em funcionamento do novo sistema.
- 5.4.7. A contratada deverá obter as aprovações dos projetos básico e executivo perante órgãos ou entidades competentes do Poder Público federal, estadual ou municipal, e os respectivos custos deverão estar previstos no valor da contratação e constar na planilha de formação de preços.
- 5.4.8. As revisões seguirão as regras previstas no subitem 4.10.8.
- 5.5. A licitante deverá dimensionar em sua proposta, na forma do Anexo IV – Modelo de Planilha de Formação de Preços, todos os custos e despesas para execução do objeto dentro dos prazos previstos no cronograma da contratação, computando todos os custos diretos e indiretos necessários, incluindo tributos, remuneração de seus profissionais, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, despesas com transporte e locomoção de seus agentes para visitas técnicas ao edifício sede do Coren-SP e fornecimento de equipamentos de proteção individual aos seus agentes, entre outros.
- 5.6. Quanto à planilha de custos e formação de preços:
- 5.6.1. Deverá ser preenchida conforme Anexo IV – Modelo de Planilha de Formação de Preços, devendo cada licitante editar apenas os campos destacados em vermelho, referentes aos custos unitários dos serviços e à composição do BDI.
- 5.6.2. No valor global proposto deverão estar incluídos todos os custos unitários operacionais, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, sociais, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.6.3. Na composição de preços unitários, a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra e serviços.
- 5.6.4. Todos os dados informados pela licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 5.7. A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais e percentuais, deverá observar as seguintes premissas:
- 5.7.1. As alíquotas de tributos cotadas pela licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

- 5.7.2. Os tributos de natureza direta, como o IRPJ e a CSLL, não deverão ser incluídos no BDI.
- 5.7.3. As licitantes sujeitas ao regime não cumulativo de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração dessas contribuições no último ano-calendário (2023), comprovando que os percentuais adotados na taxa de BDI correspondem à média das alíquotas efetivas apuradas em virtude do direito de compensação ou desconto de créditos dessas contribuições previsto no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, conforme orientações do Tribunal de Contas da União – TCU sobre o tema.
- 5.7.4. As licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.
- 5.7.5. Não deverá ser incluída no BDI a CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, por não se aplicar, na forma da Lei 12.546/2011, a atividades de engenharia consultiva, exceto se ocorrerem modificações legislativas supervenientes.
- 5.7.6. Demais orientações referentes à composição do BDI encontram-se previstas no Anexo IV – Modelo de Planilha de Formação de Preços.
- 5.8. Na forma do art. 75, § 4º, da Lei 14.133/2021, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado para a contratação.
- 5.9. Na forma do art. 75, § 5º, da Lei 14.133/2021, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco) por cento do valor estimado para a contratação, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

Especificação da garantia dos serviços (art. 40, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

- 5.10. O prazo de garantia dos serviços a ser prestada pela contratada será de 2 (dois) anos contados a partir da data do recebimento definitivo de cada etapa da contratação.
- 5.10.1. A contratada deverá corrigir, sem ônus para o Coren-SP, eventuais falhas de execução dos serviços detectadas ao longo da vigência do prazo de garantia mencionado no subitem precedente.
- 5.10.2. O prazo máximo para tal correção será de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da correspondente notificação emitida pelo Coren-SP, observando-se, no que couber, o disposto nos subitens no subitem 4.10.8.
- 5.10.3. A contratada deverá entregar o Anexo VI – Termo de Garantia assinado no momento da finalização dos serviços, sendo a entrega obrigatória para que ocorram os recebimentos provisório e definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.11. A conclusão da ETAPA 4 – FISCALIZAÇÃO DA OBRA ocorrerá com a certificação, pela contratada, da instalação do novo sistema de climatização e com a sua efetiva entrada em operação e funcionamento, devendo-se, após isso, serem adotados os trâmites necessários para entrega, recebimento, faturamento, liquidação e pagamento final à contratada.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Coren-SP e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Coren-SP poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Coren-SP poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A contratada deverá manter preposto da empresa em tempo parcial no local da execução do objeto durante o período correspondente à ETAPA 4, devendo tal preposto durante essa etapa da contratação ser mecânico em refrigeração, devidamente habilitado.

6.8. O Coren-SP poderá recusar, em qualquer etapa da contratação, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei 14.133/2021, art. 117, caput). Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela Presidência do Coren-SP, ou a quem as normas de organização administrativa interna atribuírem tal competência, devendo se instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício das referidas funções.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o Coren-SP (art. 22, IV, do Decreto 11.246/2022).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º, da Lei 14.133/2021 e art. 22, II, do Decreto 11.246/2022).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (art. 22, III, do Decreto 11.246/2022).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (art. 22, IV, do Decreto 11.246/2022).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (art. 22, V, do Decreto 11.246/2022).

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à prorrogação contratual (art. 22, VII, do Decreto 11.246/2022).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, do Decreto 11.246/2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (art. 23, IV, do Decreto 11.246/2022).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, da ordem de início, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração Pública (art. 21, IV, do Decreto 11.246/2022).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (art. 21, II, do Decreto 11.246/2022).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (art. 21, III, do Decreto 11.246/2022).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (art. 21, VIII, do Decreto 11.246/2022).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (art. 21, X, do Decreto 11.246/2022).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do Coren-SP (art. 21, VI, do Decreto 11.246/2022).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o cronograma da contratação (subitem 1.2) e o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V, observado o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou,

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios: **a)** conclusão das ETAPAS 1 – PROJETO BÁSICO, 2 – PROJETO EXECUTIVO, 3 – ASSESSORAMENTO DA LICITAÇÃO e 4 – FISCALIZAÇÃO DA OBRA.

Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no cronograma da contratação, a contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma da contratação, estiverem executados em sua totalidade.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, “a”, da Lei 14.133/2021 e arts. 22, X e 23, X, do Decreto 11.246/2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

- 7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 22, X, do Decreto 11.246/2022).
- 7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (art. 23, X, do Decreto 11.246/2022).
- 7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos e com o cronograma da contratação, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.5.7. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto ou produto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (arts. 119 e 140 da Lei 14.133/2021).
- 7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, principalmente quanto da execução da ETAPA 4 – FISCALIZAÇÃO DA OBRA.
- 7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado público, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por agente ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto 11.246/2022).

- 7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções.
- 7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME 77/2022.
- 7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do Coren-SP;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Coren-SP.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

7.15. O Coren-SP deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do Coren-SP, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (IN MPDG 03/2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Coren-SP.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Coren-SP deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Coren-SP deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME 77/2022.

7.21. No caso de atraso pelo Coren-SP, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME 53/2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME 53/2020, dependerão de prévia aprovação do Coren-SP.

7.27. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME 53/2020, em relação ao Coren-SP, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei 8.429/1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração Pública (Instrução Normativa SEGES/ME 53/ 2020 e Anexos).

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar ao Coren-SP, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos mínimos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha orçamentária elaborado pelo Coren-SP (Anexo IV deste Termo de Referência), para efeito de avaliação de exequibilidade (conforme arts. 56, § 5º, 59, §, 127 e 128 da Lei 14.133/2021).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

Condições de participação

8.4. Será admitida a participação na licitação de pessoas jurídicas constituídas sob qualquer tipo societário legalmente admitido para o exercício de atividades consultivas de engenharia, exceto Microempreendedor Individual – MEI.

8.5. Não serão exigidas reservas de participação ou contratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não se aplicando à licitação e à contratação o disposto no art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – art. 69, *caput*, II, da Lei 14.133/2021.

Qualificação Técnica

8.20. Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.20.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.21. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) competente, em plena validade.

8.22. Apresentação do profissional abaixo indicado, devidamente registrado no conselho profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA) detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado:

8.22.1. Engenheiro Mecânico: serviços de engenharia consultiva referentes à implementação de sistema de climatização em edifício de múltiplos pavimentos, com, pelo menos, 5 (cinco) pavimentos distintos abrangendo área de, pelo menos, 2.811,37 metros quadrados.

8.23. O profissional indicado na forma acima deverá participar dos serviços objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Coren-SP.

8.24. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.25. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.25.1. Elaboração de projeto de engenharia referente à implantação de sistema de climatização em edifício, com, pelo menos: (a) 5 (cinco) pavimentos/andares distintos e (b) abrangência de tal sistema de climatização sobre área de, pelo menos, 2.181,37 metros quadrados.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

- 8.25.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, desde que se refiram a um único prédio ou a conjunto de edificações situadas no mesmo imóvel.
- 8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.25.4. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Coren-SP, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.26. Quanto à participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, XI, 21, I e 42, §§ 2º a 6º, da Lei 5.764/1971;
- 8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.26.4. O registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971;
- 8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e,
- 8.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 107.051,10 (cento e sete mil, cinquenta e um reais e dez centavos), conforme custo global e custos unitários apostos no Anexo I – Planilha Orçamentária.
- 9.2. Os quantitativos de horas técnicas necessárias para a execução do objeto da contratação se baseou no nível de complexidade inerente a cada etapa do cronograma, considerando-se o fato de o edifício, por contar com sistema de climatização desde 1974, demandar possíveis adaptações para implantação do novo sistema; a quantidade de pavimentos da edificação a ser abrangida pelo novo sistema e respectivas áreas; a quantidade de pavimentos com estruturas similares; e a experiência técnico-profissional dos principais profissionais envolvidos na prestação dos serviços.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no elemento de despesa 6.2.2.1.2.44.90.51.002 – OBRAS EM ANDAMENTO do orçamento do Coren-SP referente ao exercício de 2024.

10.2. Caso necessária, a dotação orçamentária relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação do orçamento anual do Coren-SP e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXOS

11.1. Integram e são parte indissociável deste Termo de Referência os seguintes anexos: a) Anexo I – Planilha Orçamentária; b) Anexo II – Memorial Descritivo; c) Anexo III – Planta de andar/pavimento; d) Anexo IV – Modelo de Planilha de Preços; e) Anexo V – Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

São Paulo, 20 de agosto de 2024.

(página de assinaturas abaixo)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP 01331000

(11) 3225-6300 – www.coren-sp.gov.br

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

RENÉE SEIJI OKADA, Assessor II, SPC/GCC/Coren-SP, matrícula 917

ANDREA ZUMBINI PAULO, Gerente/GCC/Coren-SP, matrícula 1232

VIVIANE VANESSA DE SOUSA, Coordenadora, GEAD/Coren-SP, matrícula 539

RENATO CHRISTIAN GARCIA DA SILVA, Assessor III, GEAD/Coren-SP, matrícula 949